



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO

site para realização do pregão eletrônico: www.licitanet.com.br

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 082/2026

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE CABO FRIO

OBJETO: contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gerenciamento, implantação, suporte técnico, manutenção, evolução e disponibilização de solução tecnológica integrada em modelo Software as a Service (SaaS), destinada à gestão legislativa, administrativa, documental e de transparência pública da Câmara Municipal de Cabo Frio, compreendendo fornecimento de tecnologia, infraestrutura, mão de obra especializada, migração de dados, treinamento, suporte técnico continuado e demais serviços correlatos, conforme condições, especificações técnicas e exigências constantes neste Edital, Termo de Referência e anexos.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$1.137.889,04 (um milhão cento e trinta e sete mil, oitocentos e oitenta e nove reais e quatro centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 22/06/2026 às 10:00 horas (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL

MODO DE DISPUTA: ABERTO

A CÂMARA MUNICIPAL DE CABO FRIO, por intermédio do Agente de Contratação e Equipe de Apoio designados pela Portaria nº 036/2025, torna pública a realização de licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, tipo menor preço global, de acordo com a Lei Federal nº14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

ÍNDICE

1. PREÂMBULO
2. OBJETO
3. DO VALOR ESTIMADO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
4. CREDENCIAMENTO
5. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO
6. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS
7. DA INVERSÃO DE FASES
8. DA GARANTIA DA PROPOSTA
9. DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO



10. DA APRESENTAÇÃO, SIGILO E ABERTURA DAS PROPOSTAS
11. DA FORMULAÇÃO DE LANCES
12. DA NEGOCIAÇÃO
13. DA ACEITABILIDADE E JULGAMENTO DA PROPOSTA
14. DA PROVA DE CONCEITO (POC)
15. DA HABILITAÇÃO
16. DOS RECURSOS
17. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA
18. DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CONTRATAÇÃO
19. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL
20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA
21. DA EXECUÇÃO CONTRATUAL
22. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL
23. DAS DILIGÊNCIAS E DO SANEAMENTO
24. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
25. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL
26. DO REAJUSTAMENTO
27. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
28. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL
29. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO
30. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
31. ANEXOS

EDITAL

1. PREÂMBULO

A Câmara Municipal de Cabo Frio - RJ, por intermédio de seu Agente de Contratação e da Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 036/2025, torna público que realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico, tipo menor preço global, modo de disputa aberto, para contratação de empresa especializada



para prestação de serviços de gerenciamento, implantação, suporte técnico, manutenção, evolução e disponibilização de solução tecnológica integrada em modelo Software as a Service (SaaS), destinada à gestão legislativa, administrativa, documental e de transparência pública da Câmara Municipal de Cabo Frio, compreendendo fornecimento de tecnologia, infraestrutura, mão de obra especializada, migração de dados, treinamento, suporte técnico continuado e demais serviços correlatos, conforme condições, especificações técnicas e exigências constantes neste Edital, Termo de Referência e anexos.

1.1. A presente licitação será regida pela Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, bem como pelas condições estabelecidas neste instrumento.

1.2. Considerando a natureza integrada e interdependente dos serviços, a contratação será realizada em lote único, vedado o fracionamento do objeto.

1.3. O instrumento convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis, para conhecimento e retirada, nos endereços eletrônicos: <https://cabofrio.legislativomunicipal.com/portalconpras> ; <https://www.licitanet.com.br> e <https://www.gov.br/pncp/pt-br>.

LIMITE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS: Dia 22/06/2026 às 09:59 horas.

ABERTURA DA SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO: Dia 22/06/2026 às 10:00 horas.

2. DO OBJETO

2.1. Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gerenciamento, implantação, suporte técnico, manutenção, evolução e disponibilização de solução tecnológica integrada em modelo Software as a Service (SaaS), destinada à gestão legislativa, administrativa, documental e de transparência pública da Câmara Municipal de Cabo Frio, compreendendo fornecimento de tecnologia, infraestrutura, mão de obra especializada, migração de dados, treinamento, suporte técnico continuado e demais serviços correlatos, conforme condições, especificações técnicas e exigências constantes neste Edital, Termo de Referência e anexos.

2.2. Integram obrigatoriamente o objeto todos os módulos, funcionalidades, requisitos técnicos, requisitos operacionais, serviços acessórios, diretrizes de implantação, migração, treinamento, suporte e prova de conceito previstos nos anexos deste Edital.

2.3. O critério de julgamento será o de MENOR PREÇO GLOBAL.

2.4. A contratação será formalizada mediante contrato administrativo, não se tratando de Sistema de Registro de Preços.

3. DO VALOR ESTIMADO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



- 3.1. O valor estimado da contratação é de R\$1.137.889,04 (hum milhão, cento e trinta e sete mil, oitocentos e oitenta e nove reais e quatro centavos).
- 3.2. O valor estimado da contratação foi apurado mediante pesquisa de mercado realizada nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, adotando-se o critério estatístico da mediana dos preços obtidos, conforme relatório de pesquisa constante no processo administrativo.
- 3.3. As despesas correrão à conta da seguinte dotação: Elemento: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Fonte: 1500 Exercício: 2026.
- 3.4. Será adotado o menor preço global, uma vez que os serviços são interdependentes, a execução exige coordenação única e o fracionamento comprometeria a eficiência.

4. CREDENCIAMENTO

- 4.1. Para participar do pregão eletrônico, o licitante deverá estar credenciado no sistema “PREGÃO ELETRÔNICO” através do site <https://licitanet.com.br/>;
- 4.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico;
- 4.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica;
- 4.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

- 5.1. Poderão participar da presente licitação pessoas legalmente autorizadas a atuarem no ramo pertinente ao objeto desta e que apresentarem a documentação solicitada no local, dia e horário informados, que atendam a todas as exigências constantes do Edital e seus anexos, e estejam devidamente credenciadas para acesso ao sistema eletrônico do Portal do LICITANET e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).
- 5.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 5.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação,



devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados;

5.2.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

5.3. A participação nesta licitação importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como, a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos. A não observância destas condições ensejará no sumário IMPEDIMENTO da proponente, no referido certame;

5.4. Não cabe aos licitantes, após sua abertura, alegação de desconhecimento de seus itens ou reclamação quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar suas propostas, as licitantes deverão ler atentamente o Edital e seus anexos, devendo estar em conformidade com as especificações do ANEXO I do TERMO DE REFERÊNCIA;

5.5. Como requisito para participação no PREGÃO ELETRÔNICO o Licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta de preços está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, bem como a descritiva técnica constante do ANEXO I do TERMO DE REFERÊNCIA;

5.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas no edital e Lei Federal nº 14.133/2021;

5.7. Somente poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via internet, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas, através do site <https://licitanet.com.br/>;

5.7.1. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio da Plataforma Eletrônica, observada data e horário limite estabelecidos.

5.7.1.1. O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante, que poderá escolher entre os Planos de Adesão abaixo:

AVULSO	MENSAL	TRIMESTRAL	ANUAL
R\$ 107,00	R\$ 161,00	R\$ 341,00	R\$ 827,00

5.7.1.2. O referido pagamento/remuneração possui amparo legal no Acórdão 2154/2023 Plenário TCU que admitiu a cobrança de valores pelo uso e manutenção das plataformas, desde que razoáveis e que seja oferecida a possibilidade de pagamento por participação em licitação única,



5.7.2. Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação de proposta implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada em seu preâmbulo;

5.7.3. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, não sendo da Câmara Municipal de Cabo Frio, em nenhuma hipótese responsável pelos mesmos. O licitante também é o único responsável pelas transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, ou pela sua eventual desconexão;

5.7.4. Os Licitantes interessados deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet;

5.7.5. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site: <https://licitanet.com.br/>;

5.7.6. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva do Licitante, ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico;

5.7.7. O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema, ou da CMCF, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que, por terceiros;

5.7.8. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso;

5.8. Não poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, interessadas enquadradas nos casos a seguir:

5.8.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

5.8.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

5.8.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 05% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

5.8.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

5.8.4.1. O impedimento de que trata o último item será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

5.8.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função



na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

5.8.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

5.8.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

5.8.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

5.8.8.1. A vedação de que trata o último item estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

5.8.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio que não atendam as normas estabelecidas pelo Art. 15, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.;

5.8.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

5.8.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade CONTRATANTE, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

5.9. A participação na sessão pública da internet dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante.

5.9.1. Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à proposta de preço e à habilitação (e seus anexos), deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil, com valores cotados em moeda nacional do país;

5.9.2. Quaisquer documentos necessários à participação no presente certame, quando apresentados em língua estrangeira, deverão ser autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos para o idioma oficial do Brasil por tradutor juramentado neste país;

5.9.3. Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, salvo quando expressamente permitidos no Edital;

5.9.4. Admitem-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração dos itens constantes da proposta de preços;

5.9.5. Os licitantes devem estar cientes das condições para participação no certame e assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados;

5.9.6. O CONTRATADO deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.9.7. Os licitantes interessados em usufruir dos benefícios estabelecidos pela Lei Complementar nº123/2006 deverão atender às regras de identificação, atos e manifestação de interesse, bem como aos



demaís avisos emitidos pela Agente de Contratação ou pelo sistema eletrônico, nos momentos e tempos adequados.

6. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

- 6.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital;
- 6.2. A impugnação deverá ser realizada por forma eletrônica através do site www.licitanet.com.br/, em campo específico.
- 6.3. Caberá à Agente de Contratação, auxiliado(a) pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 03(três) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 6.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame;
- 6.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao(a) Agente de Contratação(a), até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, deverão ser realizados por forma eletrônica através do sistema;
- 6.6. O(a) Agente de Contratação(a) responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos;
- 6.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame;
- 6.8. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo(a) pregoeiro(a)/ agente de contratação, nos autos do processo de licitação;
- 6.9. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

7. DA INVERSÃO DE FASES

- 7.1. Nos termos do art. 17, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, a presente licitação adotará o procedimento de inversão de fases, mediante justificativa constante dos autos do processo administrativo.
- 7.2. A adoção da inversão de fases justifica-se pela natureza, complexidade e relevância estratégica do objeto, que consiste na contratação de solução tecnológica integrada, em modelo Software as a Service (SaaS), já existente, plenamente operacional e passível de demonstração prática, destinada à gestão legislativa, administrativa, documental e de transparência pública da Câmara Municipal de Cabo Frio, compreendendo ainda serviços especializados de implantação, parametrização, migração de dados, treinamento de usuários, suporte técnico continuado, manutenção, evolução tecnológica e hospedagem da solução.
- 7.3. Considerando que a contratação não se destina ao desenvolvimento de software sob demanda, mas à disponibilização de plataforma tecnológica previamente existente e apta à imediata implantação,



a Administração entende ser mais eficiente verificar previamente as condições de habilitação das licitantes, especialmente quanto à sua capacidade jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e técnica, antes da abertura das propostas comerciais e da realização das demais etapas do certame.

7.4. A inversão de fases visa racionalizar a condução do procedimento licitatório, conferir maior eficiência administrativa e assegurar que as etapas subsequentes de disputa, negociação, avaliação técnica e Prova de Conceito sejam realizadas exclusivamente em relação às licitantes que demonstrem possuir condições de executar adequadamente o objeto contratado.

7.5. Todos os licitantes deverão apresentar previamente a documentação de habilitação exigida neste Edital, observados os prazos, condições e requisitos estabelecidos no capítulo próprio.

7.6. Encerrada a fase de habilitação e julgados os recursos eventualmente interpostos, serão abertas exclusivamente as propostas das licitantes habilitadas, prosseguindo-se com as etapas de classificação, lances, negociação, julgamento da proposta, Prova de Conceito (POC), recursos, adjudicação e homologação.

7.7. A adoção da inversão de fases não afasta a possibilidade de realização de diligências destinadas ao saneamento de falhas formais, complementação de informações ou confirmação de documentos apresentados, nos termos da legislação vigente.

7.8. Permanecem integralmente assegurados às licitantes o contraditório, a ampla defesa, a isonomia, a competitividade, a seleção da proposta mais vantajosa e os demais princípios aplicáveis às contratações públicas.

8. DA GARANTIA DA PROPOSTA

8.1. Como requisito de participação no certame, será exigida garantia da proposta, nos termos do art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021, correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação.

8.2. Considerando o valor estimado da contratação de R\$ 1.137.889,04, a garantia da proposta deverá corresponder ao valor mínimo de R\$ 11.378,89.

8.3. A garantia poderá ser prestada em qualquer das modalidades previstas no §1º do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021:

I – caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;

II – seguro-garantia;

III – fiança bancária emitida por instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

8.4. A comprovação da garantia deverá ser apresentada juntamente com os documentos de habilitação, por meio do sistema eletrônico, até a data e horário fixados para abertura da sessão pública.

8.5. A ausência da garantia da proposta, sua apresentação em valor inferior ao exigido ou em modalidade não admitida neste Edital acarretará a inabilitação da licitante.

8.6. A garantia da proposta será executada quando a licitante vencedora:

I – retirar sua proposta durante o prazo de validade;



II – deixar de celebrar o contrato quando convocada;

III – deixar de apresentar a garantia contratual, quando exigida;

IV – praticar ato que impeça ou dificulte a contratação decorrente deste certame.

8.7. A garantia da proposta será devolvida às licitantes não vencedoras após a homologação do certame.

8.8. À licitante vencedora, a garantia será devolvida após a assinatura do contrato e apresentação da garantia de execução contratual, quando exigida.

8.9. A execução da garantia da proposta não afasta a aplicação das demais penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e neste Edital.

9. DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos neste Edital, a proposta comercial, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

9.2. Os documentos de habilitação deverão ser inseridos no sistema eletrônico até o encerramento do prazo para recebimento das propostas, sendo vedada sua inclusão após a abertura da sessão pública, ressalvadas as hipóteses de diligência previstas na legislação vigente.

9.3. A documentação de habilitação deverá contemplar todos os documentos exigidos neste Edital, abrangendo habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica.

9.4. Os documentos deverão ser apresentados em formato digital legível, preferencialmente em arquivo PDF, admitindo-se outros formatos compatíveis com a plataforma eletrônica utilizada.

9.5. A apresentação dos documentos implica plena aceitação das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

9.6. Após o encerramento do prazo para recebimento das propostas, não será permitida a substituição ou inclusão de documentos de habilitação, exceto para complementação de informações, saneamento de falhas formais ou confirmação de documentos já apresentados, mediante diligência promovida pelo Agente de Contratação, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.7. A licitante é responsável pela veracidade, autenticidade e integridade dos documentos encaminhados por meio do sistema eletrônico.

9.8. Os documentos emitidos eletronicamente pela Administração Pública ou por entidades certificadoras poderão ter sua autenticidade verificada pela Administração a qualquer tempo.

9.9. Encerrado o prazo para envio, a documentação permanecerá sigilosa até sua abertura pelo Agente de Contratação, observada a sistemática de inversão de fases prevista neste Edital.

9.10. A análise da documentação de habilitação será realizada previamente à abertura das propostas comerciais, em conformidade com o procedimento de inversão de fases adotado neste certame.



10.DA APRESENTAÇÃO, SIGILO E ABERTURA DAS PROPOSTAS

10.1. A proposta comercial deverá ser cadastrada exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

10.2. A proposta deverá ser apresentada em conformidade com as especificações constantes deste Edital e do Termo de Referência, contendo todos os elementos necessários à perfeita identificação do objeto ofertado.

10.3. O licitante deverá consignar no sistema eletrônico o valor global da proposta, considerando todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto, inclusive tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, despesas operacionais, suporte técnico, treinamento, migração de dados, implantação, hospedagem, manutenção, licenças, atualizações e demais despesas incidentes.

10.4. Os preços ofertados serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração posterior sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

10.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema eletrônico.

10.6. As propostas permanecerão sigilosas e inacessíveis aos demais participantes até a data e horário designados para abertura da sessão pública.

10.7. Em razão da adoção da inversão de fases, a abertura das propostas ocorrerá somente após a conclusão da fase de habilitação e julgamento dos eventuais recursos dela decorrentes.

10.8. Somente participarão da fase de abertura das propostas as licitantes consideradas habilitadas.

10.9. A desclassificação da proposta ocorrerá quando:

I – contiver vícios insanáveis;

II – não obedecer às especificações técnicas previstas no Edital ou no Termo de Referência;

III – apresentar preços inexecutáveis ou permanecer acima do valor estimado da contratação, quando não houver êxito na negociação;

IV – apresentar desconformidade que comprometa o julgamento objetivo da licitação;

V – apresentar qualquer elemento que permita a identificação da licitante em campo destinado ao sigilo da proposta, quando aplicável.

10.10. A Administração poderá promover diligências para esclarecimento ou complementação de informações constantes da proposta, desde que não resulte em inclusão de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

10.11. As propostas terão validade mínima de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública, salvo prazo superior previsto na proposta apresentada pela licitante.

11.DA FORMULAÇÃO DE LANCES



- 11.1. Aberta a etapa competitiva, as licitantes habilitadas poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 11.2. Os lances deverão ser ofertados pelo valor global da contratação.
- 11.3. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema.
- 11.4. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances será de R\$ 100,00 (cem reais), incidindo tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.
- 11.5. Será adotado para o envio de lances o modo de disputa ABERTO, em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações automáticas na forma prevista neste Edital e na plataforma eletrônica utilizada.
- 11.6. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 11.7. A prorrogação automática da etapa de lances será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lance enviado nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.
- 11.8. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública será encerrada automaticamente.
- 11.9. Encerrada a fase competitiva sem que haja prorrogação automática pelo sistema, poderá o Agente de Contratação, assessorado pela equipe de apoio, justificar o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 11.10. Durante a sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do respectivo licitante.
- 11.11. No caso de desconexão do Agente de Contratação durante a etapa competitiva, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances.
- 11.12. Quando a desconexão do Agente de Contratação persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, por meio do próprio sistema eletrônico.
- 11.13. Encerrada a etapa de lances, o sistema identificará a existência de empate ficto, aplicando-se, quando cabível, o tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.
- 11.14. Após a aplicação dos critérios de desempate previstos na legislação, será considerada provisoriamente classificada em primeiro lugar a licitante que apresentar o menor preço global.

12.DA NEGOCIAÇÃO



12.1. Após a etapa de lances e superada a etapa de desempate, a Agente de Contratação poderá encaminhar pelo sistema eletrônico contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance de menor valor, para que seja obtido melhor preço, bem assim decidir sobre sua aceitação, observado o critério de julgamento adotado.

12.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes, sendo aceitas as propostas que ficarem dentro do preço de referência ou em patamar aceitável dentro dos preços de mercado.

12.3. Na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, a Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

12.4. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

13.DA ACEITABILIDADE E JULGAMENTO DA PROPOSTA

13.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação examinará a proposta provisoriamente classificada em primeiro lugar quanto à sua compatibilidade com as exigências do Edital, Termo de Referência e demais documentos que integram a contratação.

13.2. Será verificado se a proposta contempla integralmente todos os módulos, funcionalidades, serviços, requisitos técnicos, requisitos operacionais, migração de dados, treinamento, suporte técnico, hospedagem, manutenção, atualizações e demais obrigações previstas no Termo de Referência.

13.3. O julgamento das propostas obedecerá ao critério de MENOR PREÇO GLOBAL, observadas as exigências técnicas estabelecidas neste Edital.

13.4. Serão desclassificadas as propostas que:

I – contiverem vícios insanáveis;

II – não obedecerem às especificações técnicas previstas no Edital ou no Termo de Referência;

III – apresentarem preços inexequíveis;

IV – permanecerem acima do valor estimado da contratação quando frustrada a negociação;

V – apresentarem desconformidade capaz de comprometer o julgamento objetivo do certame;

VI – deixarem de contemplar qualquer requisito essencial previsto para a solução tecnológica.

13.5. A Administração poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar informações constantes da proposta, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

13.6. Considerar-se-á indício de inexecuibilidade a proposta que apresentar valor manifestamente insuficiente para execução integral do objeto, observado o disposto no art. 59 da Lei Federal nº 14.133/2021.



13.7. Quando houver indícios de inexecuibilidade, o Agente de Contratação deverá oportunizar à licitante a demonstração da exequibilidade de sua proposta, mediante apresentação de documentos, planilhas, contratos, composições de custos ou quaisquer outros elementos que julgar pertinentes.

13.8. A demonstração da exequibilidade deverá comprovar a viabilidade econômica da execução integral do objeto, incluindo implantação, migração de dados, treinamento, hospedagem, suporte técnico continuado, manutenção corretiva, manutenção evolutiva e demais serviços previstos no Termo de Referência. A ausência de demonstração da viabilidade econômica de qualquer parcela relevante do objeto poderá caracterizar inexecuibilidade da proposta.

13.9. Concluída a análise de aceitabilidade, a proposta será declarada provisoriamente classificada em primeiro lugar.

13.10. A classificação provisória da proposta não implica aceitação definitiva da solução ofertada, ficando condicionada à aprovação da Prova de Conceito – POC prevista neste Edital.

13.11. A Prova de Conceito possui caráter eliminatório e destina-se à verificação prática da aderência da solução ofertada às exigências técnicas, funcionais e operacionais estabelecidas no Termo de Referência.

13.12. A reprovação da licitante na Prova de Conceito implicará sua desclassificação, sendo convocada a licitante subsequente, observada a ordem de classificação.

13.13. Aprovada a Prova de Conceito, a licitante será declarada vencedora do certame, observada a fase recursal prevista neste Edital.

14.DA PROVA DE CONCEITO (POC)

14.1. A licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar, após a fase de julgamento da proposta, será convocada para realização da Prova de Conceito – POC, destinada à verificação prática da aderência da solução ofertada aos requisitos técnicos, funcionais e operacionais estabelecidos no Termo de Referência.

14.2. A Prova de Conceito possui caráter eliminatório e será realizada antes da adjudicação do objeto.

14.3. A convocação para realização da POC será formalizada por meio do sistema eletrônico e demais meios oficiais utilizados pela Administração.

14.4. A licitante convocada disporá de prazo mínimo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, para preparação e apresentação da solução.

14.5. A POC poderá ser realizada presencialmente, remotamente ou de forma híbrida, a critério da Administração, devendo a licitante disponibilizar todos os recursos necessários para demonstração da solução.

14.6. A demonstração deverá contemplar os módulos, funcionalidades, integrações, fluxos operacionais, requisitos técnicos e demais características exigidas no Termo de Referência.

14.7. A Comissão de Avaliação designada pela Administração realizará a verificação da solução com base nos critérios objetivos constantes do Termo de Referência.



14.7.1 A Comissão de Avaliação, designada pela autoridade competente, terá sua composição divulgada previamente à realização da POC, após a divulgação da licitante classificada na etapa anterior.

14.8. Durante a realização da POC poderão ser formulados questionamentos, solicitados testes operacionais e verificadas funcionalidades específicas previstas para a solução.

14.9. A avaliação da POC será formalizada em relatório técnico circunstanciado, contendo a indicação dos requisitos avaliados, resultados obtidos e conclusão quanto à aprovação ou reprovação da solução apresentada.

14.10. Será considerada aprovada a licitante que demonstrar atendimento integral dos requisitos obrigatórios estabelecidos no Termo de Referência.

14.11. A não realização da POC, a ausência injustificada da licitante convocada ou a não demonstração dos requisitos obrigatórios implicará sua desclassificação.

14.12. Em caso de reprovação da licitante convocada, será convocada a licitante subsequente, observada a ordem de classificação, aplicando-se novamente todas as etapas previstas neste item.

14.13. Os custos decorrentes da preparação, disponibilização e realização da POC correrão exclusivamente por conta da licitante.

14.14. A aprovação na POC não substitui as obrigações contratuais futuras nem afasta a responsabilidade da contratada quanto ao pleno atendimento das especificações do Termo de Referência durante a execução contratual.

15.DA HABILITAÇÃO

15.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação das licitantes participantes do certame, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação na licitação ou futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

d) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

15.1.1. Será realizada Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica para coleta de informações relativa à razão social da Pessoa Jurídica a ser extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica;

15.1.1.1. A referida consulta se dará como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da licitante;



15.1.2. A Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica cumpre o objetivo de verificação quanto ao eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação;

15.1.2.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

15.1.2.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

15.1.2.3. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

15.1.2.4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

15.1.2.5. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

15.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação deverão ser apresentados por todos os licitantes, juntamente com os demais documentos exigidos para participação no certame, observadas as condições e prazos estabelecidos neste Edital.

15.3. Havendo necessidade de apresentação de documentos complementares destinados à confirmação, esclarecimento ou validação de documentos já apresentados, a licitante será convocada para encaminhá-los em formato digital, no prazo fixado pela Administração, sob pena de inabilitação.

15.4. Havendo necessidade de análise mais detalhada da documentação apresentada, a sessão poderá ser suspensa, sendo informada nova data e horário para continuidade dos trabalhos.

15.5. Será inabilitada a licitante que deixar de comprovar o atendimento às exigências previstas neste Edital, seja por não apresentar os documentos exigidos, seja por apresentá-los em desacordo com as condições estabelecidas.

15.6. Concluída a análise da habilitação, será divulgado o resultado da fase, com a indicação das licitantes habilitadas e inabilitadas, observados os procedimentos recursais previstos neste Edital.

15.7. Encerrada a fase recursal relativa à habilitação, participarão das etapas subsequentes do certame exclusivamente as licitantes habilitadas.

15.8. Constatado o atendimento integral às exigências de habilitação previstas neste Edital, a licitante será declarada habilitada para participação nas fases subsequentes da licitação.

15.9. HABILITAÇÃO JURÍDICA



15.9.1. Será realizada pelo(a) Agente de Contratação (a) e equipe a Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica para coleta de informações relativa à razão social da Pessoa Jurídica a ser extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica;

15.9.1.1. A referida consulta se dará como condição prévia ao exame da documentação de habilitação das licitantes participantes do certame.

15.9.1.2. A Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica cumpre o objetivo de verificação quanto ao eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação;

15.9.1.3. A consulta se dará no site <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/> que consolida o resultado dos seguintes cadastros:

15.9.1.4. Cadastro de Licitantes Inidôneos, mantido pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

15.9.1.5. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pelo Portal da Transparência;

15.9.1.6. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça;

15.9.1.7. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pelo Portal da Transparência;

15.9.1.8. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;

15.9.2. Conforme recomendação do §4º do art. 91, da Lei nº 14.133, de 2021 será verificado o cadastro da empresa junto ao SICAF;

15.9.3. Os licitantes deverão encaminhar, exclusivamente pelo sistema, nos termos deste edital, A DOCUMENTAÇÃO RELACIONADA nos itens a seguir, para fins de habilitação o ATO CONSTITUTIVO, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores:

15.9.3.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede ou;

15.9.3.2. Ato constitutivo - Estatuto ou Contrato Social - e todas as alterações em vigor ou a consolidação, devidamente registradas e arquivadas na repartição competente, para as Sociedades Comerciais, e, em se tratando de Sociedades por Ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;

15.9.3.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de Sociedades Cíveis, acompanhada de prova da diretoria em exercício, ou;

15.9.3.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresas ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;



15.9.3.5. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br, ou;

15.9.3.6. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede.

15.9.4. Prova de Inscrição no CNPJ, o documento deverá ser expedido no máximo 90 (Noventa) dias antes da data da abertura da sessão pública.

15.9.5. Documento de identificação com foto e CPF de todos os sócios que componham a referida empresa.

15.10. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

15.10.1. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal em vigor;

15.10.2. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT conforme lei 12.440, de 07 de julho de 2011, em vigor;

15.10.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, incluindo os Débitos Previdenciários, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em vigor;

15.10.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado em vigor;

15.10.4.1. Caso o licitante esteja estabelecido no Estado do Rio de Janeiro, a prova de regularidade com a Fazenda Estadual será feita por meio da apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda, e de Certidão Negativa de Débitos em Dívida Ativa, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, para fins de participação em licitação, expedida pela Procuradoria Geral do Estado, ou, se for o caso, Certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, não esteja sujeito à inscrição estadual;

15.10.5. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município;

15.10.6. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

15.11. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA



15.11.1. Certidão negativa de falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. Caso o documento não declare sua validade somente será aceito documento expedido no máximo 90 (noventa) dias antes da data para abertura da sessão pública; as certidões deverão vir acompanhadas de declaração oficial da autoridade judiciária competente, relacionando os distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir certidões negativas de falências e recuperação judicial, ou de execução patrimonial.

15.11.1.1. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, a licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação, conforme súmula 287/2018 do TCE-RJ.

15.11.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais já exigíveis, extraído do Livro Diário, apresentado na forma da lei, acompanhado do termo de abertura e fechamento, devidamente registrado no órgão competente (termos e demonstrações), vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, cujos valores permitam o cálculo do índice de liquidez geral, que não poderá ser inferior a 01 (um), calculado pela fórmula a seguir:

15.11.3. Para fins de habilitação econômico-financeira, nos termos do art. 69 da Lei nº 14.133/2021, as licitantes deverão apresentar os índices contábeis do último exercício social, já exigível e apresentadas na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa.

15.11.4. Os referidos índices contábeis:

● **Índice de Liquidez Geral (LG):** $[LG = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo})]$

Valor mínimo exigido: $\geq 1,0$

● **Índice de Liquidez Corrente (LC):** $[LC = \text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}]$

Valor mínimo exigido: $\geq 1,0$

● **Índice de Solvência Geral (SG):** $[SG = \text{Ativo Total} / \text{Passivo Total}]$

Valor mínimo exigido: $\geq 1,0$

Observação: O referido o cálculo dos índices, deverão ser apresentados devidamente assinados pelo profissional responsável.

15.11.5. No caso de empresa constituída no exercício social vigente/ em curso, admitir-se-á a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade (“balanço de abertura” ou “balanço intermediário”);

15.11.5.1. De forma complementar a proponente que no índice referido no seu balanço patrimonial obtenha resultado igual ou inferior a 01(um), deverá comprovar sua qualificação econômica financeira ao demonstrar junto ao balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social já exigíveis, que possui um patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

15.11.6. No caso de Microempresa -ME e Empresa de Pequeno Porte – EPP será verificado nos balanços apresentados se as mesmas extrapolaram, no ano-exercício, o limite de faturamento admitido



pela LC 123/2006 para fins de enquadramento. Constatada extrapolação por parte da licitante, o Pregoeiro irá convocá-la para apresentar justificativa, sob pena responsabilização.

15.12. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

15.12.1. A qualificação técnica das licitantes observará integralmente os requisitos, critérios, documentos comprobatórios, exigências técnico-operacionais e exigências técnico-profissionais estabelecidos no item 5.2 do Termo de Referência, o qual integra o presente Edital para todos os fins e efeitos.

15.12.2. Os requisitos previstos no item possuem natureza habilitatória, constituindo condições obrigatórias para participação e habilitação da licitante no presente certame.

15.12.3. A documentação comprobatória relativa à qualificação técnica deverá ser apresentada juntamente com os documentos de habilitação, observadas as condições estabelecidas neste Edital e no Termo de Referência.

15.12.4. A Administração poderá promover diligências destinadas à verificação da autenticidade dos documentos apresentados, da efetiva experiência da licitante, da qualificação dos profissionais indicados e da compatibilidade técnica da solução ofertada.

15.12.5. O não atendimento de qualquer requisito de qualificação técnica previsto no item ensejará a inabilitação da licitante, sem prejuízo das demais medidas cabíveis.

16. DOS RECURSOS

16.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

16.2. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

16.2.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

16.2.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 10 (dez) minutos.

16.2.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

16.3. Eventuais recursos intempestivos ou meramente protelatórios (sem o mínimo de plausibilidade) poderão ser desconsiderados pela Agente de Contratação, em seu juízo de admissibilidade e serão submetidos à análise da Autoridade Superior no momento da homologação (Acórdão n. 1440/07-TCU).

16.3.1. Nesse momento a Agente de Contratação não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.



16.3.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito, permitindo a Agente de Contratação adjudicar o objeto à licitante vencedora.

16.3.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em igual forma e prazo, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

16.4. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

16.5. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

16.6. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

16.6.1. A Agente de Contratação poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informando ao Chefe do Poder Legislativo Municipal.

16.6.2. A Agente de Contratação poderá sugerir, ainda, a anulação e revogação do procedimento, o que será devidamente decidido pelo Chefe do Legislativo Municipal.

16.7. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

17. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

17.1. Encerradas as fases de habilitação, julgamento das propostas, Prova de Conceito (POC) e recursos administrativos, o objeto será adjudicado à licitante vencedora pela autoridade competente.

17.2. A adjudicação será realizada em favor da licitante que apresentar a proposta mais vantajosa para a Administração e atender integralmente às exigências previstas neste Edital, no Termo de Referência e nos demais documentos que compõem a contratação.

17.3. Após a adjudicação, o processo será encaminhado à autoridade competente para homologação do certame.

17.4. A homologação constitui ato de controle da legalidade e da regularidade do procedimento licitatório, não gerando, por si só, direito à contratação.

17.5. Homologado o resultado da licitação, a adjudicatária será convocada para assinatura do contrato administrativo, observados os prazos e condições estabelecidos neste Edital.

17.6. Na hipótese de a adjudicatária não comparecer para assinatura do contrato, deixar de apresentar a documentação exigida para contratação ou não comprovar as condições necessárias à celebração do ajuste, poderão ser aplicadas as sanções previstas neste Edital e na Lei Federal nº 14.133/2021.



17.7. Ocorrendo a hipótese prevista no item anterior, a Administração poderá convocar as licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, para negociação e eventual contratação, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis à adjudicatária.

17.8. A homologação e a adjudicação serão divulgadas na plataforma eletrônica utilizada para realização do certame, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e nos demais meios oficiais adotados pela Administração.

18.DA CONTRATAÇÃO

18.1. Homologado o resultado da licitação, a adjudicatária será convocada para assinar o contrato administrativo no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da convocação, podendo o prazo ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação devidamente justificada e aceita pela Administração.

18.2. A convocação para assinatura do contrato será realizada por meio eletrônico, correio eletrônico institucional, publicação oficial ou outro meio que assegure a ciência inequívoca da adjudicatária.

18.3. Constituem condições para a celebração do contrato:

I – manutenção de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

II – apresentação da garantia de execução contratual, quando exigida neste Edital;

III – apresentação dos documentos complementares eventualmente solicitados pela Administração;

IV – inexistência de fato impeditivo à contratação.

18.4. Quando a adjudicatária não comprovar as condições exigidas para contratação, deixar de assinar o contrato no prazo estabelecido ou recusar injustificadamente sua celebração, ficará sujeita às sanções previstas neste Edital e na Lei Federal nº 14.133/2021.

18.5. Na hipótese prevista no item anterior, a Administração poderá convocar as licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, para negociação e eventual contratação, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis à adjudicatária.

18.6. O contrato decorrente desta licitação terá vigência inicial de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração e observados os requisitos e limites previstos nos arts. 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.7. A execução contratual observará integralmente as disposições constantes deste Edital, do Termo de Referência, da proposta vencedora e da minuta contratual.

18.8. A contratação não gera qualquer vínculo empregatício entre a Câmara Municipal de Cabo Frio e os empregados ou prepostos da contratada, cabendo exclusivamente a esta a responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução contratual.

18.9. O extrato do contrato será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e nos demais meios oficiais de divulgação adotados pela Administração, na forma da legislação vigente.



19.DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

19.1. Para garantia do fiel cumprimento das obrigações assumidas, a adjudicatária deverá prestar garantia de execução contratual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021.

19.2. A garantia deverá ser apresentada no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da convocação para assinatura do contrato, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação formal da contratada e aceitação da Administração.

19.3. A não apresentação da garantia no prazo estabelecido impedirá a formalização da contratação e caracterizará descumprimento da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às sanções previstas neste Edital, no contrato e na legislação aplicável.

19.4. A garantia poderá ser prestada em qualquer das modalidades previstas no §1º do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021:

I – caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;

II – seguro-garantia;

III – fiança bancária emitida por instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

19.5. A escolha da modalidade da garantia caberá exclusivamente à contratada.

19.6. A garantia responderá por todas as obrigações assumidas pela contratada, abrangendo, inclusive:

I – prejuízos decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato;

II – multas administrativas aplicadas pela Administração;

III – danos causados à Administração ou a terceiros;

IV – despesas decorrentes da necessidade de contratação de terceiros para continuidade ou conclusão dos serviços;

V – demais obrigações decorrentes da execução contratual.

19.7. Sempre que ocorrer alteração do valor contratual, reajuste, repactuação, reequilíbrio econômico-financeiro ou prorrogação contratual que impacte o valor garantido, a contratada deverá promover a correspondente atualização da garantia no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

19.8. Na hipótese de utilização total ou parcial da garantia, a contratada ficará obrigada a recompor seu valor integral no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da notificação da Administração.

19.9. A garantia deverá permanecer válida durante toda a vigência contratual, inclusive durante eventuais prorrogações.

19.10. A garantia somente será liberada ou restituída após o cumprimento integral das obrigações contratuais, inexistência de pendências financeiras, técnicas ou administrativas e emissão do termo de encerramento contratual.



19.11. A execução da garantia não impede a aplicação das demais sanções previstas neste Edital, no contrato ou na Lei Federal nº 14.133/2021.

20.DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO E DA CONTRATADA

20.1. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

20.1.1. Executar integralmente o objeto contratado em conformidade com este Edital, Termo de Referência, anexos técnicos e proposta vencedora.

20.1.2. Disponibilizar solução plenamente operacional em ambiente web, no modelo Software as a Service (SaaS), garantindo estabilidade, desempenho, integridade, disponibilidade e segurança da informação.

20.1.3. Realizar implantação, parametrização, migração de dados, treinamento, suporte técnico, manutenção corretiva, preventiva, adaptativa e evolutiva da solução.

20.1.4. Garantir disponibilidade mínima mensal da plataforma de 99,5% (noventa e nove vírgula cinco por cento), desconsideradas apenas as interrupções programadas previamente comunicadas e autorizadas pela Administração.

20.1.5. Disponibilizar suporte técnico especializado durante toda a vigência contratual.

20.1.6. Corrigir falhas, inconsistências, indisponibilidades e defeitos identificados pela Administração.

20.1.7. Manter equipe técnica qualificada e suficiente à adequada execução contratual.

20.1.8. Garantir a integridade, confidencialidade, rastreabilidade e segurança dos dados tratados.

20.1.9. Realizar backup periódico das bases de dados e manter plano de contingência e recuperação de desastres.

20.1.10. Observar integralmente a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD.

20.1.11. Manter sigilo absoluto sobre dados, documentos e informações acessadas em razão da execução contratual.

20.1.12. Não interromper os serviços sem prévia autorização da Administração.

20.1.13. Comunicar imediatamente qualquer incidente de segurança, indisponibilidade, falha crítica ou vazamento de dados.

20.1.14. Assegurar reversibilidade tecnológica ao término contratual, promovendo exportação integral das bases de dados em formato aberto e legível.

20.1.15. Manter, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

20.1.16. A contratada não poderá suspender, restringir, bloquear ou limitar o acesso da Administração à solução contratada em razão de inadimplemento contratual sem prévia notificação formal e observância do devido processo administrativo.

20.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE



20.2.1. Constituem obrigações da CONTRATANTE, sem prejuízo de outras previstas neste Edital, Termo de Referência, contrato administrativo e legislação aplicável:

I – acompanhar, supervisionar, monitorar e fiscalizar integralmente a execução contratual, observando o cumprimento das especificações técnicas, funcionais, operacionais e legais aplicáveis ao objeto;

II – designar formalmente gestor e fiscal do contrato, bem como, quando necessário, comissão técnica de acompanhamento, nos termos da Lei nº 14.133/2021;

III – fornecer à CONTRATADA as informações, documentos, acessos, permissões e orientações necessárias à adequada implantação e execução da solução contratada;

IV – disponibilizar ambiente operacional mínimo necessário à implantação da solução, inclusive acesso às dependências, infraestrutura existente, bases de dados e sistemas eventualmente integrados;

V – analisar, validar e homologar os serviços executados, módulos implantados, funcionalidades disponibilizadas, integrações realizadas e demais entregas previstas contratualmente;

VI – rejeitar, total ou parcialmente, serviços executados em desconformidade com as especificações técnicas, funcionais, operacionais ou contratuais estabelecidas;

VII – solicitar esclarecimentos, ajustes, adequações, correções, complementações e diligências técnicas sempre que constatadas inconsistências, falhas, inadequações ou desconformidades;

VIII – comunicar formalmente à CONTRATADA quaisquer irregularidades verificadas na execução contratual, fixando prazo razoável para saneamento, quando cabível;

IX – promover o acompanhamento dos níveis mínimos de serviço (SLA), disponibilidade da solução, atendimento dos chamados técnicos, estabilidade operacional e desempenho da plataforma;

X – registrar ocorrências relacionadas à execução contratual, inclusive falhas técnicas, indisponibilidades, atrasos, inconsistências operacionais e descumprimentos contratuais;

XI – aplicar as penalidades cabíveis nas hipóteses de descumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

XII – efetuar os pagamentos devidos após a regular comprovação da execução contratual, apresentação da documentação exigida e atesto da fiscalização competente;

XIII – promover diligências, auditorias técnicas, verificações operacionais e demais procedimentos necessários à adequada fiscalização do objeto contratado;

XIV – exigir da CONTRATADA o cumprimento integral das disposições relacionadas à segurança da informação, proteção de dados pessoais, confidencialidade, integridade, rastreabilidade e continuidade operacional da solução;

XV – assegurar à CONTRATADA acesso às informações necessárias à execução contratual, observadas as restrições legais, institucionais e de segurança da informação aplicáveis;

XVI – comunicar previamente à CONTRATADA alterações internas, operacionais ou estruturais que possam impactar a execução contratual;



XVII – exigir a manutenção das condições de habilitação, qualificação técnica, regularidade fiscal e capacidade operacional da CONTRATADA durante toda a vigência contratual;

XVIII – observar os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, interesse público, motivação e continuidade administrativa na gestão e fiscalização do contrato.

21.DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

21.1. A execução contratual observará integralmente as disposições deste Edital, do Termo de Referência, da proposta vencedora e do contrato administrativo a ser celebrado.

21.2. A contratada deverá iniciar a execução contratual no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da emissão da Ordem de Início dos Serviços ou instrumento equivalente expedido pela Administração.

21.3. A execução do objeto compreenderá, no mínimo:

I – implantação da solução tecnológica;

II – parametrização e configuração dos módulos contratados;

III – migração, conversão e validação dos dados existentes;

IV – disponibilização do ambiente em nuvem (SaaS);

V – treinamento dos usuários e administradores do sistema;

VI – suporte técnico continuado;

VII – manutenção corretiva, adaptativa, legal e evolutiva, quando prevista;

VIII – atualização tecnológica da solução;

IX – hospedagem, armazenamento e proteção das informações;

X – demais serviços necessários ao pleno funcionamento da solução contratada.

21.4. A contratada será integralmente responsável pela disponibilização da infraestrutura tecnológica necessária à execução dos serviços, incluindo servidores, armazenamento, banco de dados, mecanismos de segurança, backup e conectividade necessários ao funcionamento da solução em ambiente SaaS.

21.5. A implantação deverá ocorrer de forma planejada, visando minimizar impactos nas atividades administrativas e legislativas da Câmara Municipal de Cabo Frio.

21.6. A migração dos dados existentes deverá preservar a integridade, autenticidade, consistência e disponibilidade das informações transferidas para a nova plataforma.

21.7. A contratada será responsável pela correção de inconsistências identificadas durante o processo de migração decorrentes de falhas de sua responsabilidade.

21.8. A solução deverá permanecer disponível durante toda a vigência contratual, observados os níveis mínimos de serviço estabelecidos no Termo de Referência.



21.9. Eventuais interrupções programadas deverão ser previamente comunicadas à Administração com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, salvo situações emergenciais devidamente justificadas.

21.10. A contratada deverá disponibilizar canais de atendimento para suporte técnico, registro de chamados, acompanhamento das solicitações e resolução de incidentes.

21.11. Os chamados técnicos deverão ser tratados dentro dos prazos estabelecidos no Termo de Referência e nos níveis de serviço contratados.

21.12. A Administração poderá realizar testes, auditorias, verificações operacionais e diligências a qualquer tempo para aferir a conformidade da execução contratual.

21.13. A contratada deverá manter equipe técnica qualificada durante toda a execução contratual, em quantidade suficiente para atendimento das demandas da Administração.

21.14. A substituição de profissionais-chave indicados durante a contratação deverá ser comunicada previamente à Administração, devendo os substitutos possuir qualificação técnica equivalente ou superior.

21.15. A execução contratual será considerada satisfatória somente quando a solução estiver plenamente operacional, atendendo integralmente às funcionalidades, requisitos técnicos, requisitos legais e requisitos de desempenho previstos no Termo de Referência.

21.16. A constatação de falhas, indisponibilidades recorrentes, perda de dados, vulnerabilidades de segurança ou descumprimento dos níveis de serviço poderá ensejar a aplicação das sanções previstas neste Edital e no contrato, sem prejuízo das demais medidas cabíveis.

21.17. A contratada deverá observar integralmente a legislação aplicável à proteção de dados pessoais, segurança da informação, transparência pública, acesso à informação e preservação dos registros digitais produzidos ou armazenados pela solução contratada.

22.DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

22.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor ou comissão formalmente designada pela Câmara Municipal de Cabo Frio, nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021.

22.2. A gestão e fiscalização contratual terão por finalidade assegurar o cumprimento das obrigações assumidas, a observância das especificações técnicas, dos níveis de serviço contratados e das demais condições previstas no Edital, Termo de Referência e contrato administrativo.

22.3. Compete ao Gestor do Contrato:

I – acompanhar a execução global da contratação;

II – coordenar a atuação da fiscalização;

III – promover a interlocução institucional com a contratada;

IV – adotar as providências necessárias ao regular andamento contratual;

V – solicitar a instauração de procedimentos administrativos quando verificada irregularidade na execução contratual;



VI – acompanhar a aplicação de penalidades e demais medidas administrativas.

22.4. Compete ao Fiscal do Contrato:

I – acompanhar e verificar a execução dos serviços;

II – registrar ocorrências relacionadas à execução contratual;

III – monitorar o cumprimento dos níveis de serviço estabelecidos;

IV – verificar a disponibilidade e funcionamento da solução;

V – acompanhar a implantação, migração de dados, treinamentos e suporte técnico;

VI – emitir relatórios de fiscalização;

VII – atestar a execução dos serviços para fins de pagamento;

VIII – comunicar ao Gestor do Contrato eventuais irregularidades verificadas.

22.5. A fiscalização poderá solicitar informações, relatórios, documentos, registros de atendimento, relatórios de chamados, indicadores de desempenho, registros de disponibilidade e quaisquer outros elementos necessários à verificação da execução contratual.

22.6. A contratada deverá disponibilizar todas as informações e documentos solicitados pela fiscalização, no prazo fixado pela Administração.

22.7. Verificada qualquer irregularidade, falha operacional, indisponibilidade indevida, descumprimento dos níveis de serviço ou inexecução contratual, a fiscalização notificará a contratada para adoção das medidas corretivas cabíveis.

22.8. As notificações emitidas pela fiscalização deverão ser atendidas pela contratada nos prazos estabelecidos pela Administração ou previstos no Termo de Referência.

22.9. A fiscalização poderá determinar a realização de testes operacionais, auditorias, validações de funcionalidades, verificações de segurança da informação e demais procedimentos destinados à comprovação da adequada execução contratual.

22.10. A fiscalização exercida pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade exclusiva da contratada pela perfeita execução do objeto, pelos danos causados à Administração ou a terceiros e pelo cumprimento das obrigações assumidas.

22.11. A atuação da fiscalização não implica corresponsabilidade da Administração por atos, omissões, falhas operacionais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais ou comerciais de responsabilidade da contratada.

22.12. Os registros produzidos pela fiscalização integrarão o processo administrativo da contratação e poderão subsidiar a aplicação de sanções administrativas, glosas, retenções, prorrogações contratuais, reajustes e demais atos relacionados à gestão contratual.

23.DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

23.1. O pagamento será efetuado mensalmente, de forma proporcional aos serviços efetivamente prestados e devidamente atestados pela fiscalização contratual, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal/Fatura.



- 23.2. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida em nome da Câmara Municipal de Cabo Frio e acompanhada dos documentos comprobatórios exigidos para liquidação da despesa.
- 23.3. O pagamento ficará condicionado à comprovação da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada, mediante apresentação das certidões exigidas pela legislação vigente ou consulta aos sistemas oficiais disponíveis.
- 23.4. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento definitivo da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pela fiscalização e instruída com toda a documentação exigida.
- 23.5. O simples recebimento da Nota Fiscal não implicará reconhecimento da regular execução contratual, competindo à fiscalização verificar o efetivo cumprimento das obrigações assumidas.
- 23.6. A Administração poderá promover glosa parcial dos valores faturados quando constatado descumprimento dos níveis de serviço, indisponibilidade da solução, atraso na execução das atividades contratadas, falhas operacionais ou qualquer outra desconformidade contratual, observados o contraditório e a ampla defesa.
- 23.7. Eventuais incorreções, inconsistências ou pendências na documentação apresentada suspenderão a contagem do prazo de pagamento até sua regularização pela contratada.
- 23.8. Não será realizado pagamento antecipado, total ou parcial, sob qualquer hipótese.
- 23.9. Durante a fase de implantação, migração de dados, parametrização, treinamento e entrada em operação da solução, os pagamentos observarão as condições estabelecidas no Termo de Referência e no cronograma de execução contratual, quando aplicável.
- 23.10. Os pagamentos serão realizados por meio de ordem bancária em conta de titularidade da contratada.
- 23.11. Ocorrendo atraso de pagamento por responsabilidade exclusiva da Administração, os valores devidos poderão ser atualizados na forma da legislação vigente, observadas as condições previstas no contrato.
- 23.12. A manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação constitui requisito para a regular continuidade dos pagamentos durante toda a execução contratual.

24.DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

- 24.1. Após a homologação do resultado da licitação e observadas as condições estabelecidas neste Edital, a licitante vencedora será convocada para assinatura do contrato administrativo.
- 24.2. O contrato decorrente desta licitação será celebrado conforme a minuta constante dos anexos deste Edital, da qual fazem parte integrante o Termo de Referência, a proposta vencedora e os demais documentos que compõem o processo administrativo.
- 24.3. A convocação para assinatura do contrato será realizada por meio eletrônico, publicação oficial ou qualquer outro meio que assegure a ciência inequívoca da adjudicatária.



24.4. A adjudicatária deverá assinar o contrato no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da convocação, podendo o prazo ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante justificativa aceita pela Administração.

24.5. Constituem condições para celebração do contrato:

- I – manutenção de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- II – apresentação da garantia de execução contratual, quando exigida neste Edital;
- III – apresentação dos documentos complementares eventualmente solicitados pela Administração;
- IV – inexistência de impedimento legal para contratação com a Administração Pública.

24.6. Na hipótese de a adjudicatária não comparecer para assinatura do contrato, recusar-se injustificadamente a celebrá-lo ou deixar de cumprir as condições exigidas para contratação, serão aplicadas as sanções previstas neste Edital e na Lei Federal nº 14.133/2021.

24.7. Ocorrendo a hipótese prevista no item anterior, a Administração poderá convocar as licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, para negociação e eventual contratação, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis à adjudicatária.

24.8. O contrato terá vigência inicial de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente, observados os requisitos e limites previstos nos arts. 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, até o limite legal aplicável.

24.9. As alterações contratuais observarão as hipóteses e limites previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

24.10. O extrato do contrato será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e nos demais meios oficiais de publicidade adotados pela Administração.

24.11. Integram o contrato, independentemente de transcrição:

- I – o Edital e seus anexos;
- II – o Termo de Referência;
- III – a proposta da contratada;
- IV – os documentos apresentados durante o certame;
- V – os demais documentos integrantes do processo administrativo.

25.DO REAJUSTAMENTO

25.1. Os preços contratados poderão ser reajustados após decorridos 12 (doze) meses da data do orçamento estimado da contratação, observada a legislação vigente.

25.2. O reajuste será calculado com base na variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo.



25.3. O reajuste será devido mediante solicitação formal da contratada, acompanhada da memória de cálculo correspondente.

25.4. O reajuste será calculado mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$R = V \times (I / I_0)$$

Onde:

R = valor reajustado;

V = valor contratual vigente;

I = índice correspondente ao mês do reajuste;

I₀ = índice correspondente ao mês da data-base do orçamento estimado da contratação.

25.5. A concessão do reajuste não possui caráter automático, dependendo de requerimento da contratada e análise da Administração.

25.6. O reajuste observará a periodicidade mínima de 12 (doze) meses, vedada sua aplicação em período inferior, salvo disposição legal superveniente.

25.7. Os efeitos financeiros do reajuste serão contados da data de aquisição do direito, desde que solicitado pela contratada durante a vigência contratual.

25.8. A formalização do reajuste ocorrerá por meio de apostilamento, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

25.9. Fica assegurada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato nas hipóteses previstas na legislação vigente, mediante demonstração dos pressupostos legais e comprovação documental pela parte interessada.

25.10. Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro serão analisados pela Administração de forma individualizada, observados os requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

26.DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

26.1. O licitante ou a contratada que praticar quaisquer das infrações previstas nos arts. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021 ficará sujeito às sanções administrativas cabíveis, observados o contraditório, a ampla defesa e o devido processo legal.

26.2. Constituem infrações administrativas, dentre outras previstas na legislação:

I – dar causa à inexecução parcial do contrato;

II – dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III – dar causa à inexecução total do contrato;

IV – deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V – não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI – não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;



VII – ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

VIII – apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou execução contratual;

IX – fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI – praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII – praticar ato lesivo previsto na Lei Federal nº 12.846/2013.

26.3. Poderão ser aplicadas as seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

26.4. A sanção de advertência poderá ser aplicada quando a infração não justificar a imposição de penalidade mais grave.

26.5. A multa poderá ser aplicada isoladamente ou cumulativamente com outras sanções administrativas.

26.6. Sem prejuízo da apuração específica de cada caso concreto, poderão ser aplicadas as seguintes multas:

I – multa de até 1% (um por cento) do valor estimado da contratação pela não manutenção da proposta, recusa injustificada em assinar o contrato ou descumprimento das obrigações relacionadas à garantia da proposta;

II – multa de até 10% (dez por cento) do valor atualizado do contrato em caso de inexecução parcial;

III – multa de até 20% (vinte por cento) do valor atualizado do contrato em caso de inexecução total;

IV – multa diária por atraso injustificado na implantação da solução, migração dos dados, treinamento dos usuários ou demais etapas previstas no Termo de Referência, limitada ao percentual máximo previsto no contrato.

26.7. A aplicação das penalidades previstas neste Edital não afasta a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração.

26.8. Os valores de multas poderão ser descontados dos pagamentos eventualmente devidos à contratada, da garantia contratual prestada ou cobrados administrativamente e judicialmente.

26.9. A aplicação das sanções observará a natureza e gravidade da infração, os danos causados à Administração, a vantagem auferida, as circunstâncias agravantes e atenuantes, bem como os antecedentes da licitante ou contratada.

26.10. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui a possibilidade de rescisão contratual, execução da garantia contratual e adoção das demais medidas administrativas, civis e judiciais cabíveis.



26.11. Os procedimentos para apuração das infrações e aplicação das penalidades observarão as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, dos regulamentos municipais aplicáveis e das normas internas da Câmara Municipal de Cabo Frio.

27.DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

27.1. O contrato poderá ser extinto nas hipóteses previstas nos arts. 137 a 139 da Lei Federal nº 14.133/2021, observadas as disposições deste Edital, do Termo de Referência e da legislação aplicável.

27.2. Constituem motivos para extinção contratual, dentre outros previstos em lei:

I – o descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais;

II – o atraso injustificado na implantação da solução, migração dos dados, treinamento dos usuários ou execução dos serviços contratados;

III – a paralisação injustificada da execução contratual;

IV – a perda das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

V – a ocorrência de falhas graves, recorrentes ou não corrigidas que comprometam a disponibilidade, segurança, desempenho ou funcionamento da solução contratada;

VI – o descumprimento reiterado dos níveis mínimos de serviço estabelecidos no Termo de Referência;

VII – a não manutenção da infraestrutura tecnológica necessária à prestação dos serviços;

VIII – a recusa injustificada em atender determinações da fiscalização ou da gestão contratual;

IX – a prática de atos que comprometam a legalidade, regularidade ou finalidade da contratação.

27.3. A extinção contratual poderá ocorrer por ato unilateral e escrito da Administração, por acordo entre as partes, por decisão judicial ou por determinação legal.

27.4. A extinção do contrato não afasta a responsabilidade da contratada pelos danos causados à Administração, por multas eventualmente aplicadas, pela reparação de prejuízos ou pelas demais obrigações remanescentes.

27.5. Na hipótese de extinção contratual, a contratada deverá assegurar a continuidade dos serviços essenciais e colaborar com a transição da solução tecnológica, fornecendo as informações, bases de dados, relatórios, documentações e demais elementos necessários à continuidade das atividades da Câmara Municipal de Cabo Frio.

27.6. Quando da extinção contratual, a contratada deverá disponibilizar à Administração, sem ônus adicional, todos os dados, documentos, registros, arquivos eletrônicos e informações armazenadas na solução, em formato aberto, estruturado e compatível com migração para outro ambiente tecnológico.

27.7. A contratada não poderá reter, bloquear, limitar acesso ou criar qualquer embaraço à restituição das informações pertencentes à Administração ao término da contratação.

27.8. A Administração poderá executar a garantia contratual para ressarcimento de prejuízos decorrentes da extinção contratual, sem prejuízo das demais medidas cabíveis.



27.9. A extinção contratual será formalizada nos autos do processo administrativo, observados o contraditório e a ampla defesa quando exigidos pela legislação.

27.10. Encerrada a contratação, a Administração procederá à verificação do cumprimento das obrigações contratuais, à quitação das pendências existentes e à adoção das providências necessárias ao encerramento formal do ajuste.

28.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

28.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico utilizado para realização do certame.

28.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário pela Administração.

28.3. Todas as referências de tempo constantes deste Edital, do aviso e durante a sessão pública observarão o horário oficial de Brasília/DF.

28.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

28.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade da contratação e a segurança da execução contratual.

28.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas, não cabendo à Câmara Municipal de Cabo Frio qualquer responsabilidade por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do certame.

28.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

28.8. O desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação da licitante, a compreensão do conteúdo da proposta ou a segurança jurídica do procedimento não importará o afastamento da licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e formalismo moderado.

28.9. É facultado ao Agente de Contratação ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta ou da documentação de habilitação, ressalvadas as hipóteses admitidas pela Lei Federal nº 14.133/2021.

28.10. Os licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

28.11. A participação neste certame implica conhecimento e aceitação integral e irretratável das condições estabelecidas neste Edital, seus anexos e demais documentos que integram a contratação.



28.12. Os casos omissos serão resolvidos pelo Agente de Contratação, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, na Lei Complementar nº 123/2006, nos regulamentos aplicáveis e nos princípios que regem as contratações públicas.

28.13. As comunicações referentes ao certame serão realizadas por meio da plataforma eletrônica utilizada para realização da licitação, do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e dos demais meios oficiais de divulgação adotados pela Câmara Municipal de Cabo Frio.

28.14. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

I – Termo de Referência;

II – Modelo de Proposta Comercial;

III – Modelo de Declarações;

IV – Minuta de Contrato;

V – Demais anexos eventualmente indicados no instrumento convocatório.

28.15. Fica eleito o foro da Comarca de Cabo Frio/RJ para dirimir questões que não possam ser solucionadas administrativamente, observada a legislação aplicável.

29. ANEXOS

29.1. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

ANEXO III – MINUTA CONTRATO

ANEXO IV - PLANILHA DE COMPOSIÇÃO ESTIMADA DOS MÓDULOS E SERVIÇOS

Cabo Frio, 08 de junho de 2026.

Autorizo,

Amanda da Matta Berger

Diretora Executiva de Compras e Licitação

Vagne Azevedo Simão

Presidente